

Senhor Cláudio Avruj, Secretário de Direitos Humanos da Argentina,
Senhores Secretários, Secretárias e Altas Autoridades aqui presentes,
Senhoras e senhores,

Após quase seis meses de governo, em muito me honra a oportunidade de representar o Brasil na trigésima terceira Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL.

Quero assegurar a todos o compromisso do Governo Bolsonaro com o MERCOSUL, assim como com os trabalhos da RAADH.

Em linha com a nossa Constituição, atuaremos para que o MERCOSUL atinja seu pleno potencial, promovendo na região prosperidade econômica com democracia, estabilidade política e respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Entre as prioridades do governo brasileiro na área de direitos humanos, gostaria de destacar a proteção da vida, desde a concepção, o fortalecimento dos vínculos familiares, o enfrentamento da discriminação e da violência contra as mulheres, sobretudo o feminicídio.

A esse respeito, eu não poderia deixar de mencionar a alteração da Lei Maria da Penha sancionada, neste mês, pelo Presidente Bolsonaro, que deverá fortalecer o sistema de proteção às mulheres que sofrem violência doméstica. Com isso, esperamos reduzir o tempo que muitas mulheres esperavam para obter decisão de afastamento do agressor do convívio familiar.

Lançamos campanha para a prevenção do suicídio e da automutilação de crianças, jovens e adolescentes, bem como promovemos o “Maio Laranja”, iniciativa que busca envolver as famílias, a sociedade e o poder público no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Atualizamos a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, criamos o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e estabelecemos regras mais rigorosas para que crianças e adolescentes viajem desacompanhados dos pais. Instituímos, ainda, a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.

Devo mencionar a sanção presidencial à lei que altera o Código Civil e proíbe o casamento de crianças menores de 16 anos, importante avanço para resguardar o respeito à condição peculiar de pessoas que ainda estão em desenvolvimento.

No contexto da proteção da família, estamos redobrando os esforços para prevenir a mortalidade materna, neonatal e infantil. Estamos especialmente preocupados em oferecer o devido apoio às famílias de crianças com microcefalia. Na mesma direção, criamos a Coordenação Nacional de Atendimento às Pessoas com Doenças Raras.

As medidas de promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência serão intensificadas nesta administração. Cumprindo uma das metas de 100 dias de governo, o Presidente Bolsonaro assinou decreto que regulamentou parte da Lei Brasileira de Inclusão.

Na área dos direitos da pessoa idosa, já inauguramos cinco unidades do “Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável”, que promove,

dentre outros, a educação financeira e a inclusão digital para os idosos. Nossa meta é levar essa iniciativa a cem municípios brasileiros até o final deste ano.

Em linha com a recomendação da última RAADH, contamos com o apoio de todos os países aqui presentes para que possamos estabelecer imediatamente o Fórum de Afrodescendentes e concluir, até 2024, a negociação da Declaração da ONU sobre os Direitos Humanos de Afrodescendentes.

A propósito, cumprimento os representantes da Sétima RAFRO pelos debates realizados nesta semana, assim como as nove comissões permanentes da RAADH. O governo Bolsonaro está comprometido com o aperfeiçoamento das políticas públicas para a população negra no Brasil. Saúdo os trabalhos desenvolvidos pela RAPIM e renovo o compromisso do governo brasileiro com a proteção plena dos direitos dos povos indígenas, incluindo os povos de primeiro contato. Reiteramos, igualmente, nossa determinação de combater a violência e a discriminação contra pessoas LGBTI+.

Como sociedade multirracial, multiétnica e multicultural, o Brasil está firmemente comprometido com a prevenção e o combate ao racismo, à intolerância religiosa e à violência. Acreditamos que todas as expressões religiosas devem ser igualmente protegidas, assim como a opção de não ter religião alguma. O Brasil está seriamente preocupado com os contínuos atos de intolerância e violência baseados em religião ou crença contra indivíduos. A perseguição, discriminação e violência contra os cristãos, em todo o mundo, é uma preocupação crescente do governo brasileiro. Não vamos silenciar!

Por fim, à luz do seu inegável impacto negativo sobre o pleno gozo dos direitos e liberdades fundamentais, estamos incluindo o tema da corrupção no centro do debate sobre a defesa dos direitos humanos no Brasil. Senhoras e senhores, a corrupção opera efeitos semelhantes aos causados por armas de destruição em massa. Nenhuma prática causou tanto dano ao povo brasileiro quanto a corrupção. Nesse sentido, o governo Bolsonaro instituiu o Comitê Interministerial de Combate à Corrupção, que inclui monitoramento dos órgãos e entidades do poder público. O nosso é o governo de corrupção zero.

Não posso me despedir sem antes felicitar, na pessoa do Secretário Executivo Juan Miguel González Bibolini, o trabalho realizado pelo IPPDH, que completa 10 anos de existência agora em 2019, e que tem, sempre, apoiado as atividades desta RAADH.